

Apêndice: Relação de ações judiciais com provável probabilidade de perda.

Conforme antecipado, neste Apêndice, apresentamos a relação de ações judiciais enquadradas com provável risco de perda pela Municipalidade.

- Demandas judiciais contra o Município, Autarquias e Fundações:

Ação: 1047799-10.2019.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 2.495.000,00

Ação: 1058706-15.2017.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 2.500.000,00

Ação: 1003974-62.2016.8.26.0650

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 1.000.000,00

Ação: 1031465-37.2015.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 2.000.000,00

Ação: 1006433-20.2021.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 550.000,00

Ação: 1025837-57.2021.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 700.000,00

Ação: 1017563-07.2021.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 1.000.000,00

Ação: 1000205-85.2022.8.26.0084

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 500.000,00

Ação: 1040785-90.2021.8.26.0053

Descrição: pleito de indenização em ação civil pública – paralisação de atividades durante o período pandêmico – valor da postulação remetido para a fase de liquidação de sentença; mas que atingirá valores significativos caso a parte adversa seja vencedora da demanda judicial

Valor: sem valor apurado

Ação: 1006827-20.2021.8.26.0084

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 644.000,00

Ação: 1002332-93.2022.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 507.143,83

Ação: 1002759-97.2022.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 1.000.000,00

Ação: 1032635-97.2022.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 500.000,00

Ação: 1014836-41.2022.8.26.0114

Descrição: indenização por erro médico

Valor: R\$ 1.000.000,00

Ação: CAMPREV

Descrição: ação trabalhista de servidores aposentados e pensionistas

Valor: R\$ 13.589.400,00

- Qualidade dos serviços forenses prestados pelo Poder Judiciário Estadual) – risco de prescrição de créditos tributários e não tributários cobrados em processos físicos e digitais, por impossibilidade de andamento em tempo hábil, conforme provisão de perdas, bem como, perdas em ações em razão de cadastro imobiliário desatualizado e demais perdas por razões diversas.

Valor estimado: R\$ 13.000.000,00